

Desafios e possibilidades para a formação política de juventudes partidárias

Priscila Schmitz

RESUMO: Diante de um cenário de descrença na política, em especial nos partidos políticos, diversas são as estratégias adotadas por estes atores no enfrentamento da questão da renovação política. Por efeito, variadas são as reflexões específicas em relação à questão da participação dos jovens na esfera política, sobretudo na questão do recrutamento partidário, mas nenhuma delas explora a etapa da formação política. Sendo assim, o objetivo deste ensaio é mapear como se dá a formação política das juventudes partidárias, respondendo às seguintes questões: o que é formação política partidária e como se dá a formação política da juventude presente nos partidos do sistema político brasileiro? A análise, de caráter qualitativo, baseou-se em fontes primárias, como os sites dos partidos, das suas respectivas fundações e das juventudes, quando presente. Os primeiros resultados revelam o predomínio de uma estratégia pouco direcionada à formação política voltada para a juventude. À vista dos desafios enfrentados pelos partidos e pelas suas respectivas alas de juventude na produção massiva de formação política, identificam-se três lógicas de formação: partido-centrada fechada, cooperação com atores internacionais e por atores do terceiro setor voltados para dinâmica de renovação política. Cada estratégia está correlacionada aos interesses programáticos ou aos interesses de correligionários da agremiação.

PALAVRAS-CHAVE: formação política; formação político-partidária; formação para juventude; juventude partidária.

INTRODUÇÃO

No momento em que a democracia é colocada à prova e suas instituições e atores políticos também passam a ser questionados, produzir um ensaio sobre formação política, sobretudo relativa àquela elaborada pelos partidos, voltada para as suas respectivas alas da juventude, é uma tarefa essencial. Defronte a este quadro, é primordial sinalizar um dire-

cionamento de estudos sobre partidos que demonstrem a relevância que estes atores subsidiam, principalmente nas ações voltadas à formação política e sobretudo nas estratégias de condução de formação para a juventude partidária.

Ademais, o interesse acadêmico pela juventude partidária tem crescido nas últimas décadas. Todavia, ainda são poucos os estudos na área de Partidos Políticos que focam na dimensão da juventude partidária. Uma das justificativas para tal escassez se dá pela própria complexidade de se identificar os jovens enquanto sujeitos políticos (HOOGHE; STOLLE, 2004). Na maioria dos trabalhos, observa-se a dificuldade em conceituar o que se define por juventude. Em relação aos estudos sobre juventude e política, de maneira geral, a maioria se dirige para a compreensão dos jovens e a sua participação política, principalmente aqueles relacionados aos processos de mudança social (BRENNER, 2009; 2011; 2014). Recentemente vê-se a ampliação de temas relacionados à relação entre juventude e educação política. A principal vertente de pesquisas sobre educação política tem seu foco voltado aos programas produzidos por diversas instituições, centralizando suas análises no ambiente escolar e nos cursos elaborados por entidades legislativas, sobretudo na influência que estas operam na esfera do comportamento e das atitudes políticas da juventude (ALMEIDA, 2016; BENEVIDES, 1996; DANTAS, 2010; 2017; FORLINI, 2015; JARDIM, 2018; NASCIMENTO et al., 2016). Contudo, ainda são poucos aqueles preocupados em entender às formas de socialização e inserção política dos jovens nos diversos partidos políticos, sobretudo no que tange à questão da formação política desta ala.

Considerando que nas últimas duas décadas há um crescente número de estudos que analisam as diferentes ações de educação política voltadas para a juventude, assim como também a publicação de diversos estudos que apresentam como foco de análise as juventudes partidárias brasileiras, ainda há uma lacuna na Ciência Política nacional no que toca à interseção entre estes dois fenômenos: o papel dos partidos na implementação de ações

educativas voltadas para as suas respectivas alas de juventude. As contribuições existentes no campo da educação política estão focadas em atores individuais ou coletivos que implementam ações formais voltadas aos jovens. E do outro lado, os estudos produzidos sobre juventudes partidárias analisam aspectos sobre recrutamento de jovens e organização destes enquanto ala partidária. Apesar desses estudos apontarem a dimensão da formação política como uma das etapas do recrutamento partidário, poucos são os esforços em analisar o que é esta dimensão. Ao mesmo tempo, ao analisarmos os trabalhos publicados na área temática sobre partidos políticos, quase se esquece a função permanente às agremiações do desenvolvimento de programas de educação política, desempenhado fundamentalmente pelas fundações partidárias (DUARTE, 2021). Desta forma, concebe-se que compreender questões relacionadas às experiências que moldam essa dimensão da formação política da juventude partidária brasileira, é tão urgente quanto sempre foi.

O presente ensaio tem por objetivo mapear as experiências de formação política de jovens vinculados aos partidos do sistema partidário brasileiro, de modo a revelar o processo de formação política dos jovens militantes e os desafios que envolvem esta relação de aprendizado político. Para tanto, fez-se necessário entender as diversas formas de inserção dos jovens nos partidos e analisar o que é e de que forma se dá a formação política dessa categoria. Desta forma, para a construção da reflexão acerca da formação política da juventude, este ensaio está dividido em quatro seções. A primeira consiste nesta introdução. Na segunda seção, define-se o que é formação política e qual a sua relação com os partidos políticos. Além de apresentar debates de diferentes assuntos da história, da sociologia e da política, a formação política é essencial para a organização e consolidação de ideais e valores partidários. Na terceira seção, vê-se a necessidade de retomar alguns tópicos apresentados nas análises acerca da juventude partidária, recuperando a questão da centralidade da formação política como eixo elementar da organização da ala e da própria agremiação. Na quarta seção serão introduzidos resultados preliminares da análise dos sites, seguido das considerações finais, estas permeadas pelos desafios e possibilidades para a formação política da juventude partidária.

O QUE É FORMAÇÃO POLÍTICA E QUAL SUA RELAÇÃO COM OS PARTIDOS POLÍTICOS?

Como aponta Amaral (2013), desde o pioneiro trabalho de Michels (1982 [1911]), diversos estudos acerca das agremiações partidárias apontam a importância dos partidos políticos para o êxito dos regimes democráticos, sendo por meio deles que o regime político se organiza e se estrutura. Cardim (2003) argumenta que há pontos fundamentais para a efetivação de um sistema democrático que vai além da concepção minimalista de democracia, amplamente defendida pelos cânones da Ciência Política. Além da importância do sistema eleitoral e do sistema partidário, a cultura e a educação política são elementos indispensáveis e condicionantes fundamentais para a consolidação de regimes democráticos e do funcionamento de um sistema político democrático efetivo (CARDIM, 2003).

Num primeiro momento, é comum deparar-se com o tratamento de educação política enquanto uma expressão com sentido aproximado da formação política. Como aponta Duarte (2021), apesar da possível aproximação entre os dois termos, é necessário conceituá-los de maneira distinta, na medida em que a formação política é um dos elementos constituintes e mecanismo essencial no processo de educação política. Como a autora aponta, as diferentes concepções de educação política podem ser reduzidas em uma dimensão essencial: a produção de programas e atividades contínuas, voltadas à sociedade civil, tendo como elemento central a dimensão da neutralidade e da defesa da pluralidade e da liberdade individual, sem apresentar interpelações ou diretrizes ideológicas. Como o próprio cientista político Humberto Dantas (2010; 2017) defende em diversos textos e entrevistas, os programas de educação política são voltados para uma atuação calcada na ética suprapartidária, sem qualquer defesa de concepções e juízos ideológicos. Desta forma, fica evidente que educação e formação política não podem ser tratadas como sinônimos, na medida em que grande parte dos programas de formação política são produzidos com bases em ideias, valores e ideologias específicas, de forma que a doutrinação de seus ideais é a chave para o entendimento deste conceito.

Grande parte dos movimentos sociais, sindicatos e organizações partidárias utilizam a denominação "formação política" para referenciar programas de curto, médio ou longo prazo que tenham como principal objetivo produzir ações guiadas por princípios e valores doutrinários específicos e que impactam o processo de compreensão e atuação política dos participantes de forma a apresentar posicionamentos específicos frente a determinados temas. A formação política compõe o processo



de educação política, sendo um elemento e mecanismo existente dentro da sua totalidade. Ambos os modelos impactam a vida coletiva, mas o fazem de maneiras distintas: a educação política tem como princípio a consolidação da cidadania a partir da valorização de questões democráticas, enquanto a formação política oferece ferramentas para o empoderamento de grupos e indivíduos de forma a qualificá-los, doutriná-los e lapidá-los para uma melhor atuação política, seja na esfera da representação político-social ou até mesmo eleitoral. Desta forma, a formação política produzida pelos partidos políticos pode ser definida em termos de programas de curta, média ou longa duração, com objetivo de qualificar quadros partidários, filiados e eleitores, guiados por valores ideológicos e diretrizes partidárias, de modo que combine ações doutrinárias, instrumentais, técnicas e programáticas que suceda numa melhora da representação político-partidária (DUARTE, 2021).

Do ponto de vista da elaboração da engenharia normativa-legal, está prevista na estrutura legal, desde a progressiva Lei dos Partidos Políticos de 1965 (LOPP n. 4.740/65, incisos IV e V, revogada), como função permanente dos partidos políticos brasileiros, a manutenção de cursos de difusão doutrinária, educação cívica e alfabetização e, também, a criação de institutos ou fundações, vinculadas a cada legenda, com o intuito de promover a doutrinação política partidária e formar e renovar os quadros partidários. Na esfera jurídica, as diversas edições subsequentes da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei n. 5.682/71, Lei no 6.767/1979 e a Lei n. 9.096/95) conservam a função educadora das legendas partidárias, mas, como demonstra Henrique (2015), nota-se a mudança na letra da lei no que diz respeito à modificação de “institutos de instrução política” em “institutos de instrução e educação política”, reforçando o papel da função educadora das legendas. Mas essas organizações só emergiram no sistema político brasileiro em 1972, com a experiência inaugural do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES), vinculado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do Rio Grande do Sul, e com o Instituto Milton Campos, em 1975, vinculado à Aliança Renovadora Nacional (Arena) (DUARTE, 2021; REIS; GRILL, 2014; 2017). Contudo, foi a partir da segunda metade dos anos 1990, com a Lei n. 9.096/95, que as fundações partidárias ganharam maior autonomia e se pluralizaram no sistema político-partidário brasileiro. Em conformidade com a visão da Constituição Federal de 1988, a Lei 9.096/95 assegura que a criação e a manutenção das fundações partidárias, assim como das suas

respectivas atividades, estavam diretamente vinculadas a recursos da União, provenientes do Fundo Partidário (DUARTE, 2021; PRADO, 2009). Além do mais, esta lei também assegurou o estabelecimento de cooperações destas organizações com atores internacionais.

Em 2005, a partir da Resolução n. 22.121/05 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as entidades mantidas pelas legendas que foram criadas sob forma de institutos, associação ou sociedade civil, tiveram que atender às novas regras impostas pelo Código Civil, que obrigou tais organizações a se adequarem à estrutura jurídica de fundações do direito privado (DANTAS; FERNANDES, 2013; DUARTE, 2021). Os partidos políticos transformaram tais

organizações em fundações, sendo obrigatório a cada legenda somente o funcionamento de uma única organização, de caráter nacional, com representação em estados e municípios do país. Atualmente, estão registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e em atividade 28 fundações partidárias. Todas as fundações exibem domínios ou perfis em redes sociais como o Facebook, com exceção de cinco delas, que não apresentam site próprio ou indicação do seu endereço físico, sendo elas: a Fundação Solidarista do PHS, a Fundação Juscelino Kubitschek do PMN, o Instituto José Luiz e Rosa Sundermman do PSTU, a Fundação Rede Brasil Sustentável da REDE e a Fundação NOVO do partido NOVO.

Partido	Fundação
DEM	Fundação Liberdade e Cidadania
PSB	Fundação João Mangabeira
PSDB	Instituto Teotônio Vilela
PT	Fundação Perseu Abramo
PODE	Fundação Podemos
CIDADANIA	Fundação Astrojildo Pereira
SOLIDARIEDADE	Fundação 1º de Maio
PSC	Fundação Instituto Pedro Aleixo
REPUBLICANOS	Fundação Republicana Brasileira
PDT	Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini
MDB	Fundação Ulysses Guimarães
PSL	Instituto de Inovação e Governança
PSOL	Fundação Lauro Campos e Marielle Franco
PCdoB	Fundação Maurício Grabois
PTB	Fundação Instituto Getúlio Vargas
PP	Fundação Milton Campos
PL	Fundação Alvaro Valle
NOVO	Fundação Brasil NOVO
PSD	Espaço Democrático
PV	Fundação Verde Herbert Daniel
PATRIOTA	Fundação Ecológica Nacional
PMN	Fundação Juscelino Kubitschek
AVANTE	-
PTC	Instituto de Estudos Políticos São Paulo
DC	Instituto Democrata Cristão de Formação Política
PRTB	Fundação Presidente Jânio Quadros
PROS	-
PMB	-
REDE	Fundação Rede Brasil Sustentável
PSTU	Instituto José Luiz e Rosa Sundermman
PCB	Fundação Dinarco Reis
PCO	-
UP	-

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados no Tribunal Superior Eleitoral.

De acordo com as determinações legais que regem seu funcionamento, as fundações partidárias operam de forma a propagar a fun-

ção permanente das legendas, produzindo cursos direcionados à difusão doutrinária, política e ideológica, e educação cívica, assim como de instrução política com a finalidade de formar e renovar quadros políticos. Vale ressaltar que as fundações diferem consideravelmente em termos de tamanho, recursos, alcance, área

de ação e estratégia. Ademais, a sociografia, o esquema de organização das fundações e a estratégia partidária também influenciam no modelo de formação política produzida por essas instituições (DUARTE, 2021). Em especial, salienta-se a combinação de elementos na estruturação da formação político-partidária: ora ela pode ser feita de forma partido-centrada fechada, através da sua respectiva fundação partidária; ora ela pode ser feita em cooperação com atores internacionais, tais quais as fundações partidárias alemãs (Stiftungen), atuantes no Brasil e que desempenham um papel importante na formulação de cursos e de formação política, que, em geral, são oferecidos a segmentos internos dos partidos (juventude e mulheres); e, por fim, a formação pode também ser produzida por atores do terceiro setor voltados para dinâmica de renovação política, tal qual os movimentos suprapartidários. O fato é que esses elementos podem operar de forma concomitante e não excludente e a escolha da composição da formação por parte destes elementos estão diretamente relacionadas às estratégias da própria agremiação e da sua respectiva ala partidária.

JUVENTUDE PARTIDÁRIA E FORMAÇÃO POLÍTICA: QUAIS SÃO AS INTERSEÇÕES?

A participação dos jovens tem feito parte da história dos partidos políticos. O debate sobre juventude partidária está presente na literatura desde Sartori (1980), que define as juventudes partidárias como formas organizativas de jovens que compõem a estrutura partidária, com características próprias e que desenvolvem diversas atividades na esfera intra e extra partidária, em busca de fins específicos. O autor também identifica três níveis distintos de atuação da ala da juventude na esfera político-partidária. O primeiro nível está relacionado aos aspectos formais da organização deste grupo no interior da agremiação. Neste nível, encontramos as normas, estatutos e documentos oficiais que regem a atuação deste grupo e a sua forma de organização enquanto parte do partido. Ainda em relação à dinâmica intra-partidária, o segundo nível refere-se às atividades exercidas pelos jovens no interior do partido. Nesta esfera, encontra-se a constituição de diretórios e grupos de debates e articulação que promovam cooperações em forma de rede nas três esferas (nacional, es-

tadual e municipal). Por fim, em contrapartida, o terceiro nível disserta sobre as atividades exercidas pelos jovens fora do partido, mas que ainda tenham relação com a esfera partidária. Neste nível, encontramos as atribuições de recrutamento de mais jovens comprometidos com a atividade partidária (SARTORI, 1980, p. 92).

Ainda sobre a relação entre a juventude e o partido político, grande parte dos estudos foca sua análise na dimensão do recrutamento partidário voltado para esse grupo. Apesar do tema do recrutamento partidário ser amplamente estudado e relevante na atualidade (KESSELMAN, 1973; NORRIS, 1997; 2006; POWER; MOCHEL, 2008; PREWITT, 1970; SCHWARTZ, 1969; SELIGMAN, 1971; SIAVELIS, 2012), a literatura apresenta dois pontos de convergência: a visão de que o recrutamento é essencial para a sobrevivência dos partidos e a de que uma das etapas envolvidas no recrutamento partidário extensivo é a questão da formação política. Apesar de cada legenda e cada autor atribuir um certo destaque a um determinado modelo e estratégia de recrutamento, a formação política é basililar em quase todas as modalidades. Não cabe neste ensaio entrar nos detalhes das teorias do recrutamento partidário, mas cabe ressaltar que este é um fenômeno complexo e extremamente relevante, como vê-se na proposta de Marenco dos Santos (2005) de que as agremiações partidárias devem ser passíveis de renovação e formação de sucessivas gerações de atores políticos.

No que tange ao recrutamento voltado para a juventude partidária, grande parte das análises reforçam a ideia das sucessivas dificuldades dos partidos políticos em atrair jovens (HOOGHE; STOLLE, 2005; NORRIS, 2002; 2006). O que esses autores apontam é uma nova forma de participação política desse grupo. Em contrapartida, Ferreira (2012), ao analisar as juventudes partidárias presentes no sistema político português, explicita que a experiência de ações partidárias extensivas e continuadas voltadas para a ala de jovens das agremiações funciona como uma “escola”, de forma que sejam desenvolvidas diversas aptidões políticas específicas e que permitam, assim, a formação de jovens dirigentes e líderes dotados de capacidade teórica e prá-

tica política. Além disso, este modelo também ajuda na concepção de formação de redes, que permite o acesso de outros jovens à cadeia da organização política. Desta forma, essas ações partidárias continuadas, chamadas aqui de formação política, tendem a proporcionar aos jovens uma imersão no cotidiano da agremiação, de forma a contribuir para a produção de vínculos intrapartidários desses jovens com a cúpula do partido.

Quando pensamos nessa interseção entre formação política e juventude partidária, devemos levar em consideração que estas são experiências de educação política que reúnem teoria e prática política interpeladas por questões doutrinárias e valores partidários, que têm como principal objetivo a formação de lideranças de base, militantes e futuros dirigentes partidários. Esse processo formativo apresenta linhas políticas centrais: além de aproximar e reforçar laços e redes de confiança, a formação deve ser permanente para assimilar os objetivos da legenda partidária e capacitar a juventude a desenvolver e garantir a unidade política e ideológica do partido. Os programas de formação política voltados para a juventude partidária devem incluir debates teóricos e instrumentos práticos, de forma que, para atingir esses objetivos, propõe-se que a formação seja extensiva, massiva e permanente, fundamentada em diversas atividades, como debates, reuniões, cursos de curto e médio prazo, seminários e grupos de leitura. O objetivo fundamental desta experiência é o desenvolvimento de atores e sujeitos políticos que possam vir a se tornar futuros dirigentes que tenham conduta em pleno acordo com os pressupostos doutrinários e ideológicos da agremiação. Como Dalton (2009) ressalta, cada vez mais os atuais padrões de participação da juventude nesses espaços hierarquizados e institucionalizados demandam novos processos e é comum ver a adoção de uma agenda focada em temas mais gerais, como meio ambiente, cultura, combate ao racismo e ao machismo, e direitos humanos. Dessa maneira, a formação política da juventude incorpora tanto as dimensões valorativas dos partidos quanto dos debates voltados às mudanças sociais, englobando assim um programa com objetivos, ações e características distintas.

FORMAÇÃO POLÍTICA DE JUVENTUDES PARTIDÁRIAS BRASILEIRAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Tabela 2: Lista de partidos e suas respectivas juventudes	
Partido	Juventude
DEM	Juventude Democratas
PSB	Juventude Socialista Brasileira
PSDB	Juventude PSDB
PT	Juventude PT
PODE	Podemos Jovem
CIDADANIA	Juventude 23
SOLIDARIEDADE	Solidariedade Jovem
PSC	PSC Jovem
REPUBLICANOS	Jovens Republicanos
PDT	Juventude Socialista do PDT
MDB	Juventude MDB
PSL	PSL Jovem
PSOL	-*
PCdoB	União da Juventude Socialista
PTB	Juventude PTB
PP	Jovens Progressistas
PL	Juventude do PL
NOVO	-
PSD	PSD Jovem
PV	Juventude Partido Verde
PATRIOTA	Jovem Patriota
PMN	-
AVANTE	-
PTC	PTC Jovem
DC	Democracia Cristã Jovem
PRTB	PRTB Jovem
PROS	Juventude PROS
PMB	-
REDE	Juventude em REDE
PSTU	Rebeldia - Juventude da Revolução Socialista
PCB	União da Juventude Comunista
PCO	Aliança da Juventude Revolucionária
UP	-

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados nos sites dos partidos.

*O PSOL é um caso à parte. Existem múltiplas juventudes divididas entre as alas internas do partido.

No Brasil, atualmente, das 34 legendas registradas no TSE, somente seis não apresentam em seus sites informações acerca da sua juventude. De forma geral, numa breve navegação pelos domínios dos partidos na web, é possível identificar diversas ações direcionadas para esta ala, de forma que se viabiliza elucidar quais aspectos devem caracterizar o processo de formação política da juventude partidária:

A formação política deve ser entendida como um mecanismo de educação política, de forma que pode e deve ser utilizada com objetivo de abertura de debates importantes para a transformação social e da própria agremiação.

A formação deve articular a experiência

individual e a experiência partidária.

A combinação de teoria e prática política é essencial para o desenvolvimento dos sujeitos políticos, de forma que a formação deva combinar diversos tipos de atividades em prol desta dimensão.

A formação é um instrumento pertencente à questão da estratégia partidária que opera de forma a envolver as alas internas da agremiação no cotidiano da vida partidária, e que engaje e participação na organização da estrutura interna e na propagação de seus valores ideológicos na arena extra partidária.

Posto isso, ao mesmo tempo em que cabe ao jovem seguir as diretrizes que emanam da organização, cabe também às legendas a necessidade de produzir cursos e atividades de formação que propaguem seus ideais à juventude e produzam uma militância qualificada.

Como dito anteriormente, o objetivo deste ensaio é apresentar um mapeamento das experiências de formação política voltadas para a ala jovem ligada aos partidos. Esta é a primeira tentativa de sistematização comparada sobre a interseção entre formação política e juventude partidária. Para tal, fez-se necessária a consulta aos dados das agremiações no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assim como pesquisas dos domínios públicos (sites) das 34 agremiações registradas no TSE. Desta forma, este ensaio tem como propósito realizar um estudo de cunho comparativo e abrangente dos sites de modo a identificar as experiências desenvolvidas pelos partidos e suas respectivas juventudes no tocante à formação política.

Pesquisas que se debruçam sobre a temática dos sites partidários não são novidade na literatura sobre partidos. Desde meados dos anos 1990 é possível encontrar diversas publicações sobre o tema (MARTINS, 2011). Os dois principais eixos desse campo versam sobre o potencial dos domínios públicos partidários na internet serem espaços de potencial democratização política, à medida que conseguirem promover a participação direta da base no cotidiano partidário; e a dimensão estratégica dos sites enquanto instrumento de interlocução entre as elites e o eleitorado (MARTINS, 2011).

Desta forma, a presente subseção tem como propósito apresentar um compilado da análise dos sites dos partidos como uma dimensão da estrutura organizacional dos mesmos, sob uma perspectiva de análise dos sites como um espaço para compreender questões relativas ao modo de organização e funcionamento das legendas, procurando mapear a presença de informações sobre formação política de juventude partidárias apreendidas nos seus domínios da internet. A escolha deste espaço se dá por ser a via de mais fácil acesso às informações sobre tais organizações.

Tabela 3: presença da juventude na internet

Partido	Juventude	Juventude - site partido	Juventude - site próprio
DEM	Juventude Democratas	Sim	Sim
PSB	Juventude Socialista Brasileira	Sim	Não
PSDB	Juventude PSDB	Sim	Não
PT	Juventude PT	Sim	Não
PODE	Podemos Jovem	Não	Não
CIDADANIA	Juventude 23	Sim	Sim
SOLIDARIEDADE	Solidariedade Jovem	Sim	Não
PSC	PSC Jovem	Sim	Não
REPUBLICANOS	Jovens Republicanos	Sim	Não
PDT	Juventude Socialista do PDT	Sim	Sim
MDB	Juventude MDB	Sim	Não
PSL	PSL Jovem	Sim	Não
PCdoB	União da Juventude Socialista	Não	Sim
PTB	Juventude PTB	Sim	Não
PP	Jovens Progressistas	Sim	Não
PL	Juventude do PL	Não	Não
PSD	PSD Jovem	Não	Não
PV	Juventude Partido Verde	Não	Sim
PATRIOTA	Jovem Patriota	Sim	Não
PTC	PTC Jovem	Sim	Não
DC	Democracia Cristã Jovem	Não	Sim
PRTB	PRTB Jovem	Sim	Não
PROS	Juventude PROS	Sim	Não
REDE	Juventude em REDE	Não	Não
PSTU	Juventude - Juventude da Revolução Socialista	Sim	Não
PCB	União da Juventude Comunista	Sim	Sim
PCO	Aliança da Juventude Revolucionária	Sim	Não

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados nos sites dos partidos.

No quadro acima, arrolei comparativamente a presença da juventude partidária na internet. Das 27 legendas que apresentam secretarias nacionais de juventude organizada e unificada, somente sete não apresentam abas específicas sobre a sua juventude ou links que direcionam para seus sites próprios, sendo elas: Podemos Jovem (Podemos), União da Juventude Socialista/UJS (PCdoB), Juventude do PL (PL), PSD Jovem (PSD), Juventude Partido Verde (PV), Democracia Cristã Jovem (DC) e Juventude em REDE (Rede). Dentre aqueles que não apresentam abas específicas para a juventude, três alas de juventude apresentam sites próprios: União da Juventude Socialista/UJS (PCdoB), Juventude Partido Verde (PV) e Democracia Cristã Jovem (DC). Em ambos os casos - tanto quando há a presença de abas específicas nos sites dos partidos quanto nos domínios próprios da juventude - estes canais são utilizados como espaço de comunicação

entre os dirigentes e os militantes e de informação das atividades produzidas referentes a esta ala partidária.

Há ainda o caso de juventudes que têm tanto abas específicas nos sites dos partidos quanto sites próprios, sendo este o caso da Juventude Democratas (DEM), Juventude 23 (Cidadania), Juventude Socialista do PDT (PDT) e da União da Juventude Comunista/UJC (PCB). Nesses casos, além de constar notícias sobre as atividades da juventude no site dos seus respectivos partidos, há um link de direcionamento para os sites próprios das juventudes, onde são encontradas informações mais detalhadas e a presença de artigos de autoria de membros da ala. Este é um dos principais instrumentos de formação política. Nos sites próprios, além de encontrar artigos que debatem questões atuais a partir dos valores ideológicos da legenda, é notória a presença de materiais e bibliotecas onlines com textos e livros que versam sobre temas da filosofia, da história, da política e da economia.

Apesar dos sites próprios serem espaços

legítimos voltados para a formação política da juventude, é necessário verificar qual estratégia é formulada pelas legendas e pelas próprias juventudes no que tange à formação política desta ala. Inicialmente, a partir da análise dos sites, foram elencados dois mecanismos formais engendrados para tal: a menção a cursos ou materiais voltados para a formação política da juventude produzidos e depositados nos próprios espaços destinados a esta ala nos sites (sejam próprios ou abas no site dos partidos); e a presença de cursos e materiais de formação nos sites das fundações partidárias das suas respectivas legendas.

Tabela 4: Formação produzida juventude c/ou pela fundação partidária

Partido	Juventude	Fundação	Juventude	Fundação
DEM	Juventude Democratas	Fundação Liberdade e Cidadania	Sim	Sim
PSB	Juventude Socialista Brasileira	Fundação João Mangabeira	Não	Não
PSDB	Juventude PSDB	Instituto Teotônio Vilela	Não informado	Não
PT	Juventude PT	Fundação Perseu Abramo	Não informado	Sim
PODE	Podemos Jovem	Fundação Podemos	Não informado	Não
CIDADANIA	Juventude 23	Fundação Astrojildo Pereira	Não informado	Não
SOLIDARIEDADE	Solidariedade Jovem	Fundação 1º de Maio	Não informado	Não
PSC	PSC Jovem	Fundação Instituto Pedro Aleixo	Não informado	Não
REPUBLICANOS	Jovens Republicanos	Fundação Republicana Brasileira	Não informado	Não
PDT	Juventude Socialista do PDT	Fundação Leonel Brizola-Alberto	Sim	Não
MDB	Juventude MDB	Fundação Ulysses Guimarães	Não informado	Não
PSL	PSL Jovem	Instituto de Inovação e Governança	Não informado	Não
PCdoB	União da Juventude Socialista	Fundação Maurício Grabois	Sim	Não
PTB	Juventude PTB	Fundação Instituto Getúlio Vargas	Não informado	Não
PP	Jovens Progressistas	Fundação Milton Campos	Não informado	Não
PL	Juventude do PL	Fundação Álvaro Valle	Não informado	Não
PSD	PSD Jovem	Espaço Democrático	Não informado	Não
PV	Juventude Partido Verde	Fundação Verde Herbert Daniel	Sim	Não
PATRIOTA	Jovem Patriota	Fundação Ecológica Nacional	Não informado	Não
PTC	PTC Jovem	Instituto de Estudos Políticos São	Não informado	Não
DC	Democracia Cristã Jovem	Instituto Democrata Cristão de	Não informado	Não
PRTB	PRTB Jovem	Fundação Presidente Jânio Quadros	Não informado	Não
RFDE	Juventude em RFDE	Fundação Rede Brasil Sustentável	Não informado	Não
PSTU	Rebeldia - Juventude da Revolução	Instituto José Luiz e Rosa	Não informado	Não
PCB	União da Juventude Comunista	Fundação Dinarco Reis	Sim	Não
PCO	Aliança da Juventude	-	Não informado	-

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponibilizados nos sites dos partidos, das suas respectivas juventudes e das suas respectivas fundações partidárias.

Como podemos verificar, o primeiro grande desafio ao analisar os mecanismos e estratégias de formação política da juventude partidária se dá na falta de informações a respeito desta questão. Das juventudes analisadas, somente a Juventude Democratas (DEM), a Juventude Socialista do PDT (PDT), a União da Juventude Socialista/UJS (PCdoB), a Juventude Partido Verde (PV) e a União da Juventude Comunista/UJC (PCB) apresentam informações e materiais de formação acessíveis em seus próprios sites, reafirmando mais uma vez a premissa de que esses ambientes são espaços legítimos de capacitação da juventude partidária. Além disso, a Juventude PT (PT) e a Juventude Democratas (DEM) também exibem materiais de formação de jovens nos domínios das suas respectivas fundações partidárias, a Fundação Perseu Abramo (PT) e a Fundação Liberdade e Cidadania (DEM). Esta última legenda, o Democratas, adota uma estratégia de formação calcada em três espaços concomitantes: o site da própria juventude, a fundação partidária e a participação de cursos produzidos pelas fundações partidárias alemãs (Stiftungen), como a Fundação Konrad Adenauer (KAS).

A partir desse primeiro mapeamento, po-

demos verificar o predomínio de uma estratégia pouco direcionada à formação política voltada para a juventude. Parece que a formação política da juventude partidária está atrelada à questão do grau de institucionalização desta ala na esfera intrapartidária. Quanto maior o grau de institucionalização da juventude, mais interessante é para a agremiação a questão da formação política para esta ala. Aquelas juventudes que dispõem de sites próprios seriam as alas mais institucionalizadas e, concomitantemente, são as que apresentam materiais de formação política.

À vista dos desafios enfrentados pelos partidos e pelas suas respectivas alas de juventude na produção massiva de formação política, identificam-se três lógicas de formação: uma lógica partido-centrada fechada, uma produzida a partir da cooperação com atores internacionais e, por fim, uma formação produzida por atores do terceiro setor voltados para dinâmica de renovação política. Cada estratégia está correlacionada aos interesses programáticos ou aos interesses de correligionários da agremiação. A primeira lógica, partido-centrada fechada, é aquela que utiliza a esfera intrapartidária para a produção de formação política para a juventude, sendo essas formas os sites ou as fundações partidárias. A segunda lógica se dá no estabelecimento de redes de cooperação entre as alas de jovens nos partidos e atores internacionais, tais quais as fundações partidárias alemãs. Por

fim, há também casos em que a formação pode ser produzida por atores do terceiro setor voltados para a lógica da renovação política, tal qual os diversos movimentos suprapartidários. Essa última estaria diretamente vinculada à formação de jovens para pleitear cargos eletivos. Vale ressaltar que tanto os atores internacionais quanto os movimentos suprapartidários operam sob a lógica da pluralidade, de forma que possam atuar na formação de juventudes de dois ou mais partidos.

Considerações finais

O presente ensaio buscou contribuir com o preenchimento de lacunas no campo de estudos dos partidos políticos no Brasil, qual seja, de mapear as diversas experiências de formação política produzidas pela e para as juventudes partidárias. Compreendemos a formação política como cursos de curto, médio ou longo prazo, orientados pela e para a lógica política partidária, ao mesmo tempo em que atuam na participação e formação de ideias para a instrução dos cidadãos.

Como podemos analisar, a formação política produzida pelos partidos podem seguir três modelos, construídos a partir da sua estratégia partidária, não excludentes e que podem se dar concomitantemente. O primeiro deles é a formação feita via estrutura intrapartidária, partido-centrada fechada, sendo ela apoiada nos sites ou nas fundações partidárias. A segunda

lógica se dá no estabelecimento de redes de cooperação entre as alas de jovens nos partidos e atores internacionais, tais quais as fundações partidárias alemãs. Por fim, há também casos em que a formação pode ser produzida por atores do terceiro setor voltados para a lógica da renovação política, tal qual os diversos movimentos suprapartidários. Essa última estaria diretamente vinculada à formação de jovens para pleitear cargos eletivos.

Vale ressaltar que as fundações partidárias diferem consideravelmente em termos de tamanho, recursos, alcance, área de ação e estratégia, e isto pode influenciar a falta de engajamento destas organizações na produção de programas de formação política de jovens. Já as fundações partidárias alemãs atuantes no Bra-

sil desempenham um papel importante na formulação de cursos e de formação política, que, em geral, são oferecidos a segmentos internos dos partidos (juventude e mulheres), atuando diversas vezes em mais de duas agremiações.

De fato, este primeiro mapeamento nos mostra que os sites individuais das juventudes partidárias são utilizados como instrumentos basilares de formação política. Estes podem ser lidos como espaços legítimos, estruturados, organizados e de fácil acesso, que produzem uma aproximação dos dirigentes com os militantes e que reforçam os valores ideológicos da agremiação.

Nesse sentido, é preciso indagar: como os partidos poderiam apoiar, fortalecer e expressar de forma mais enfática as demandas

da juventude em seus programas de formação? Como estas agremiações podem investir na formação da juventude partidária, que diversas vezes aparece de forma não sistemática e produzida através de diferentes atores e organizações? De que forma a condução das atuais estratégias de formação política para a juventude fortalece os ideais partidários e a construção de novos sujeitos políticos? É necessário investigar os efeitos destas experiências na estruturação de espaços de experimentação da vida e da prática política, de participação na definição de políticas públicas e nos efeitos da ação direta que as juventudes partidárias produzem no sistema político brasileiro.

Referências:

- ALMEIDA, Rodrigo Estramhanho. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, ano XVII, vol. 01, 2016.
- AMARAL, Oswaldo E. do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. In: Revista Debates, v.7, n.2, p.11-32. Porto Alegre, maio/ago 2013.
- BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. In: Lua Nova, n. 38, p. 223- 237, 1996.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965. Brasília, DF, jul. 1965. Institui a Lei Orgânica dos Partidos (LOPP).
- BRASIL. Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. Brasília, DF, jul. 1971. Institui a Lei Orgânica dos Partidos (LOPP), revogando a anterior.
- BRASIL. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Brasília, DF, dez. 1979. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Brasília, DF, set. 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal promulgada em 1988.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 22.121/DF, de 1º de dezembro de 2005. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Dispõe sobre as regras de adequação de institutos ou fundações de pesquisa e de doutrinação e educação política de partidos políticos às normas estabelecidas no Código Civil de 2002.
- BRENNER, Ana Karina. Jovens de partidos: a experiência da socialização política. In: VIII Reunión de Antropología del Mercosur Buenos Aires, 2009. p.1-15.
- BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários Tese de Doutorado apresentada ao programa de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens: entre disposições e interações. In: ANDRADE, Eliane Ribeiro; PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Org.). Juventude em perspectiva: múltiplos enfoques Rio de Janeiro: Ed UNIRIO, 2014. P.118-122.
- CARDIM, Carlos Henrique. Cultura política e fundações partidárias no Brasil. In: Brasil-Argentina: a visão do outro: soberania e cultura política. Org.: Cardim e Hirst. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. IPR/FUNAG. p. 361-370. Brasília, 2003.
- DALTON, R. J. The good citizen: How a younger generation is reshaping American politics. Washington: CQ Press, 2009.
- DANTAS, Humberto. Apresentação: O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, ano XI, vol. 03, 2010.
- DANTAS, Humberto. Educação política: sugestões de ação a partir da nossa atuação. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 133 p. 2017.
- DANTAS, Humberto; FERNANDES, Ivan Filipe de A. Lopes. Fundações partidárias no Brasil e no mundo: funções legais, ações formativas e análise em perspectiva comparada. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 8, 2012, Gramado. Anais Eletrônicos. Rio de Janeiro: ABCP, 2013.
- DUARTE, Priscila. Entre a obrigatoriedade e a execução: as fundações partidárias no Brasil e a formação política. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2021.
- FERREIRA, Pedro Ricardo Bernardo. As juventudes partidárias são uma escola? Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Ciência Política, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2012.
- FORLINI, D. B. Construindo caminhos para a educação política: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2015.
- HENRIQUE, Ana Lúcia. A função educadora dos partidos políticos no Brasil: mais do que uma agenda de pesquisa, uma responsabilidade social. In: Legislativo pós 1988: reflexões e perspectivas. Câmara dos Deputados. Brasília, 2015.
- HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind; STOUTHUYSEN, Patrick. The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders). Party Politics, v.10, n.2, p.193-212, 2004.
- HOOGHE, Marc; STOLLE, Dietlind. Youth organisations within political parties: political recruitment and the transformation of party systems. In: FORBIG, Joerg (Ed). Revisiting youth political participation Strasbourg: Council of Europe Publishing, 2005. p. 43-190.
- JARDIM, Luiza Brunetti Silva. O que se entende por educação política no Brasil? In: Rev. Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 33-45, jul./dez. 2018.
- KESSELMAN, Mark. Recruitment of rival party activists in France: party cleavages and cultural differentiation. The Journal of Politics, n. 35, n.1, p.2-44, 1973.
- MARENCO DOS SANTOS, André. Still a traditional political class? Patterns of parliamentary Recruitment in Brazil (1946-2002). Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies, v.30, n.60, p.13-40, 2005.
- MARTINS, Adriane Figuerola. Modelo organizacional de partidos políticos na internet: Um estudo sobre o Partido dos Trabalhadores. IV Encontro da Compólitica, 2011.
- MICHELÉS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Editora Universidade de Brasília, 1982 [1911].
- NASCIMENTO, A. S., DA SILVA, B. S., SEINO, E. Educação para a cidadania: o projeto Parlamento Jovem em Araraquara – SP. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, ano XVII, vol. 01, 2016.
- NORRIS, P. Introduction: theories of recruitment. In: NORRIS, P. (Ed.). Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies. New York: Cambridge University Press, 1997.
- NORRIS, P. Democratic phoenix: Reinventing political activism. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- NORRIS, P. Recruitment. In: KATZ, R.; CROTTY, W. (Eds.). Handbook on political parties London: Sage, 2006.
- POWER, T.; MOCHEL, M. Political recruitment in an executive-centric system: presidents, governors, and ministers in Brazil. In: SIAVELIS, P.; MORGENSTEIN, S. (Eds.). Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America. University Park: Pennsylvania State University Press, 2008.
- PRADO, Henrique Sartori de Almeida. El papel de las fundaciones de los partidos políticos en el desarrollo de la democracia brasileña. Libel - The international Federation of Liberal Youth Organization Magazine, p. 1-6, 27, abr. 2009.
- PREWITT, K. The recruitment of political leaders. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1970.
- REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. O Espaço das Fundações Partidárias no Brasil: Institucionalização de partidos, carreiras políticas e perfis intelectuais. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 9, 2014. Brasília, Anais Eletrônicos. Brasília, DF, Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.
- REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. Fundações partidárias e processos de politização no Brasil: domínio de atuação, amálgamas e ambivalências. In: Política & Sociedade. Set./Dez. Vol. 16, Nº 37, 2017.
- SARTORI, Giovanni. Partidos y sistemas de partidos Alianza, Madrid, 1980.
- SCHWARTZ, David C. Toward a theory of political recruitment. Western Political Quarterly, v. 22, n.3, p.552-571, 1969.
- SELIGMAN, L. Recruiting political elites New York: General Learning Press, 1971.
- SIAVELIS, Peter M.; MORGENSTERN, Scott. Pathways to power: Political recruitment and candidate selection in Latin America University Park: Penn State Press, 2012.